autuado por cintiacarrer em 04/11/2026 19:25:59.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 780/26

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

- Lei Federal nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967, que dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

- Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.

- Lei Federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências.

- Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente e dá outras providências.

- Lei Federal nº 10.519, de 17 de julho de 2002, que dispõe sobre a promoção e a fiscalização da defesa sanitária animal quando da realização de rodeios e dá outras providências.

- Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências.

- Lei Federal nº 11.433, de 28 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Dia Nacional do Idoso.

- Lei Federal nº 13.426, de 30 de março de 2017, que dispõe sobre a política de controle da natalidade de cães e gatos e dá outras providências.

- Lei Federal nº 14.064, de 29 de setembro de 2020 (Lei Sansão), que altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato.

- Lei Federal nº 14.228, de 20 de outubro de 2021, que proíbe a eliminação de cães e gatos por órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres, ressalvadas as hipóteses legais de eutanásia.

- Lei Federal nº 15.046, de 17 de dezembro de 2024, que autoriza a criação do Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

Matéria DSP 16215/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 780/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773448.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Decreto Federal nº 12.439, de 17 de abril de 2025, que institui o Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional Ético de Cães e Gatos e o Cadastro Nacional de Animais Domésticos.

- Constituição do Estado de São Paulo, de 5 de outubro de 1989.

- Lei Estadual nº 9.509, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.

- Lei Estadual nº 11.977, de 25 de agosto de 2005, que institui o Código de Proteção aos Animais do Estado e dá outras providências.

- Lei Estadual nº 12.916, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.

- Lei Estadual nº 16.308, de 13 de setembro de 2016, que dispõe sobre penalidades às pessoas que cometerem maus-tratos a animais domésticos.

- Lei Estadual nº 16.794, de 12 de julho de 2018, que obriga os pet shops, as clínicas veterinárias e os estabelecimentos do ramo a afixarem cartazes que facilitem e incentivem a adoção de animais.

- Lei Estadual nº 17.972, de 10 de julho de 2024, que estabelece normas de proteção, saúde, bem-estar, criação, comercialização e guarda responsável de cães e gatos no Estado de São Paulo.

- Lei Orgânica do Município de São Paulo, de 4 de abril de 1990.

- Lei Municipal nº 11.359, de 17 de maio de 1993, que proíbe a realização de rodeios, touradas ou eventos similares.

- Lei Municipal nº 11.616, de 13 de julho de 1994, que dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Esclarecimento aos Proprietários de Cães e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 12.327, de 16 de abril de 1997, que institui a Campanha de Controle Populacional dos Cães e Gatos do Município de São Paulo, acompanhada de ações educativas sobre a propriedade responsável de animais — declarada inconstitucional, conforme a listagem fornecida.

- Lei Municipal nº 13.131, de 18 de maio de 2001, que disciplina a criação, propriedade, posse, guarda, uso e transporte de cães e gatos no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 13.767, de 21 de janeiro de 2004, que regula o Programa Saúde Animal – PSA, instituído pela Portaria nº 4.550, de 29 de outubro de 2002.

- Lei Municipal nº 13.943, de 29 de dezembro de 2004, que proíbe a entrega de animais capturados nas ruas para instituições e centros de pesquisa e ensino.

Matéria DSP 16215/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 780/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773448.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 14.014, de 30 de junho de 2005, que proíbe a utilização de animais de qualquer espécie em apresentações de circos e congêneres.

- Decreto Municipal nº 45.824, de 2005, que regulamenta o Registro Geral do Animal – RGA, disciplinando o registro de animais domésticos e vinculando sua identificação à responsabilidade do tutor.

- Lei Municipal nº 14.146, de 11 de abril de 2006, que dispõe sobre a circulação de veículos de tração animal e de animais montados, ou não, em vias do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 14.370, de 16 de abril de 2007, que institui a Semana Municipal de Proteção aos Animais.

- Lei Municipal nº 14.483, de 16 de julho de 2007, que dispõe sobre a criação e a venda no varejo de cães e gatos por estabelecimentos comerciais no Município de São Paulo, bem como sobre as doações em eventos de adoção desses animais.

- Decreto Municipal nº 49.393, de 10 de abril de 2008, que regulamenta a Lei nº 14.483/2007, disciplinando a criação, a venda e as doações de cães e gatos em eventos de adoção.

- Lei Municipal nº 14.761, de 5 de junho de 2008, que dispõe sobre a fixação de placa informativa nos estabelecimentos que especifica, informando que maus-tratos aos animais constituem crime.

- Lei Municipal nº 15.023, de 6 de novembro de 2009, que institui o Programa Municipal de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos – PROBEM e cria o Núcleo de Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos.

- Lei Municipal nº 16.222, de 25 de junho de 2015, que proíbe a produção e a comercialização de foie gras e de artigos de vestuário feitos com pele animal no âmbito da Cidade de São Paulo e dá outras providências.

- Resolução da Câmara Municipal de São Paulo nº 3, de 17 de dezembro de 2015, que cria o Fórum Municipal de Proteção e Defesa Animal.

- Lei Municipal nº 16.528, de 25 de julho de 2016, que institui o Estatuto do Samba Paulistano, destinado a criar incentivos e estabelecer normas, mecanismos e procedimentos para a proteção, o fortalecimento e o desenvolvimento do samba no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 16.532, de 8 de agosto de 2018, que inclui no Calendário Oficial da Cidade a Semana de Conscientização e Orientação ao Cuidado e à Saúde do Animal Doméstico.

- Lei Municipal nº 17.321, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre normas de funcionamento dos zoológicos e similares situados no Município de São Paulo.

Matéria DSP 16215/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 780/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773448.

CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA

- Lei Municipal nº 17.373, de 13 de julho de 2020, que institui a Semana Municipal de Orientação à Adoção Consciente e ao Não Abandono de Animais.

- Lei Municipal nº 17.464, de 9 de setembro de 2020, que dispõe sobre o Estatuto de Proteção, Defesa e Controle das Populações de Animais Domésticos do Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.580, de 26 de julho de 2021, que institui o Programa Banco de Ração.

- Lei Municipal nº 17.619, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre a obrigatoriedade de prestar socorro aos animais atropelados no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 17.703, de 3 de novembro de 2021, que institui política pública para fiscalização, apreensão, manutenção e destinação da fauna silvestre e de animais domésticos, cria o levantamento populacional animal no Município e dá outras providências.

- Lei Municipal nº 18.147, de 28 de junho de 2024, que proíbe a utilização de animais em atividades desportivas com emissão de poules de apostas em jogos de azar no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 18.269, de 9 de junho de 2025, que proíbe a realização de tatuagens permanentes ou temporárias, bem como a colocação de piercings em animais para fins estéticos, no Município de São Paulo.

- Lei Municipal nº 18.314, de 2 de outubro de 2025, que proíbe o uso de coleiras antilatidos, na forma que especifica.

- Lei Municipal nº 18.468, de 25 de maio de 2026, que proíbe, em todo o território do Município de São Paulo, a utilização de penas e plumas de origem animal.

- Lei Municipal nº 18.472, de 29 de maio de 2026, que altera a Lei nº 14.483/2007 para permitir a realização de eventos de doação de cães e gatos em equipamentos públicos do Município de São Paulo e estabelecer novas exigências para esses eventos.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 04 de novembro de 2026.

CINTIA TALARICO DA CRUZ
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068

Matéria DSP 16215/2026. Documento assinado digitalmente por CINTIA TALARICO DA CRUZ em 04/11/2026 e juntado ao PL 780/2026 por cintiacarrer. Sua validade pode ser conferida em https://splegisconsulta.saopaulo.sp.leg.br/Home/AbrirDocumento?pID=773448.